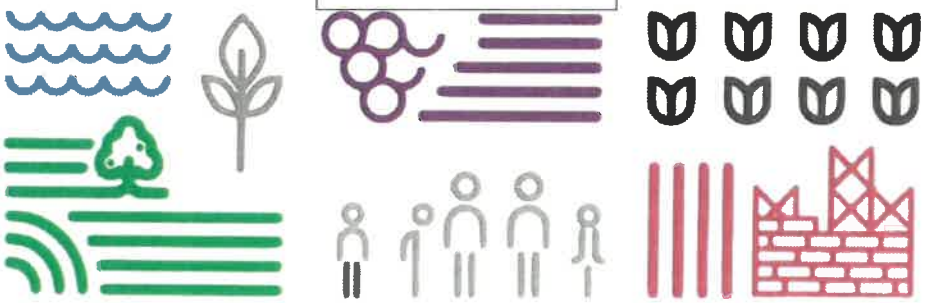
RELATÓRIO DE GESTÃO

2019



PROMO TORRES

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
1.2. INVESTIMENTOS
1.3. GASTOS
1.4. RENDIMENTOS
1.5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
1.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
1.7. PERSPETIVAS FUTURAS

2. ÁREA DE EVENTOS

2.1. CARNAVAL DE TORRES
2.2. FEIRA RURAL
2.3. FEIRA DE SÃO PEDRO
2.4. FEIRA DE VIATURAS USADAS
2.5. BE FASHION
2.6. CARNAVAL DE VERÃO
2.7. FESTIVAL DAS VINDIMAS
2.8. SANTA CRUZ OCEAN SPIRIT
2.9. EVENTOS DIVERSOS

3. EQUIPAMENTOS

3.1. MERCADO MUNICIPAL
3.1.1. OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL
3.1.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
3.1.3. ANÁLISE DE RESULTADOS
3.2. EXPOTORRES
3.3. OUTROS SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS

4. GESTÃO INTEGRADA DE ESTACIONAMENTO

4.1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
4.2. RESUMO DE RESULTADOS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. BALANÇO
5.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
5.4. DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
5.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

6.1. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
6.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1 DADOS GERAIS DA EMPRESA

Relatório de Contas 2019

Nos termos do art.º 12º e art.º 10º dos Estatutos da Promotorres, EM vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral - composta pelos membros do órgão executivo do acionista único Município de Torres Vedras – o Relatório de Contas referente ao período económico do ano de 2019 que compreende: o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, o Anexo, o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas.

A Promotorres E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado com natureza municipal, dotada de personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira e património próprio.

A empresa municipal foi criada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e tem como missão a gestão de equipamentos e a organização de eventos.
A empresa é responsável pela gestão do Mercado Municipal e do Mercado Abastecedor, da Expotorres (Parque Regional de Exposições), de dois parques de estacionamento cobertos (Câmara Municipal e Mercado Municipal), do estacionamento de superfície na cidade, pela organização dos maiores eventos do concelho, nomeadamente o Carnaval, a Feira de S. Pedro, o Santa Cruz Ocean Spirit, a Feira Rural, entre outros. A Promotorres assegura ainda o serviço de vigilância em vários espaços e equipamentos municipais.

1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um acréscimo de 2,5% no Volume de Negócios no exercício de 2019 (passando de 2.034.805 euros para 2.085.731 euros).

Figura 1 - Evolução do Volume de Negócios

No quadro seguinte podemos ver o contributo de cada uma das áreas para o aumento do Volume de Negócios.

Volume de Negócios	2018	2019	variação
Venda de Mercadorias	16 174,15 €	14 734,16 €	-8,90%
Prestações de serviços	2 018 630,83 €	2 070 996,49 €	2,59%
Eventos	1 050 967,85 €	1 052 634,62 €	0,16%
Bilheteira	539 103,12 €	518 980,06 €	-3,73%
Publicidade	47 899,06 €	49 797,12 €	3,96%
Expositores	179 857,69 €	178 620,90 €	-0,69%
Ambulantes	12 804,45 €	12 390,75 €	-3,23%
Divertimentos	70 421,00 €	67 791,00 €	-3,73%
Restauração	133 437,73 €	149 930,00 €	12,36%
ApoioProduçãoepatrocinios	47 500,00 €	62 980,50 €	32,59%
Energia e água	6 360,00 €	6 010,00 €	-5,50%
DiversosTaxaNormal	5 376,00 €	1 100,00 €	-79,54%
MaterialMerchandising	7 108,80 €	4 722,09 €	-33,57%
Tendas/Comerciantes	1 100,00 €	300,00 €	-72,73%
outros	- €	12,20 €	0,00%
Estacionamento	667 445,55 €	670 637,76 €	0,48%
Rotação	61 375,66 €	56 823,82 €	-7,42%
Avenças	44 036,46 €	47 034,16 €	6,81%
Parcómetros	512 314,27 €	494 903,99 €	-3,40%
AdesãoAgostinhas	3 073,22 €	3 857,74 €	25,53%
TaxaMáximaDiária	31 535,27 €	41 387,68 €	31,24%
PagamentosMóveis	14 387,09 €	25 581,47 €	77,81%
TokensComercio	723,58 €	601,46 €	-16,88%
outros	- €	447,44 €	0,00%
Serviços	205 617,98 €	258 701,31 €	25,82%
Mercado	120 223,93 €	118 430,26 €	-1,49%
Descontos e abatimentos	- 25 624,48 €	- 29 407,46 €	14,76%
Total	2 034 804,98 €	2 085 730,65 €	2,50%

Figura 2 – Distribuição do Volume de Negócios

1.2 INVESTIMENTOS

Em 2019, os investimentos mais relevantes foram realizados nas seguintes rubricas:

- Conclusão do projeto de substituição da iluminação do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, iniciado em 2018;
- Conclusão das obras de ampliação dos escritórios da Promotorres, iniciadas em 2018;
- Aquisição de barreiras antiterrorismo;
- Aquisição de equipamento de som (amplificador);
- Aquisição de Loja Móvel para promoção e venda de merchandising;
- Aquisição de Chapéus de Sol para o exterior do Mercado Municipal;
- Instalação de torres de iluminação na Expotorres, para apoio a eventos;
- Aquisição de Central de Incêndios para o Pavilhão Multiusos, na Expotorres;
- Aquisição de um computador portátil.

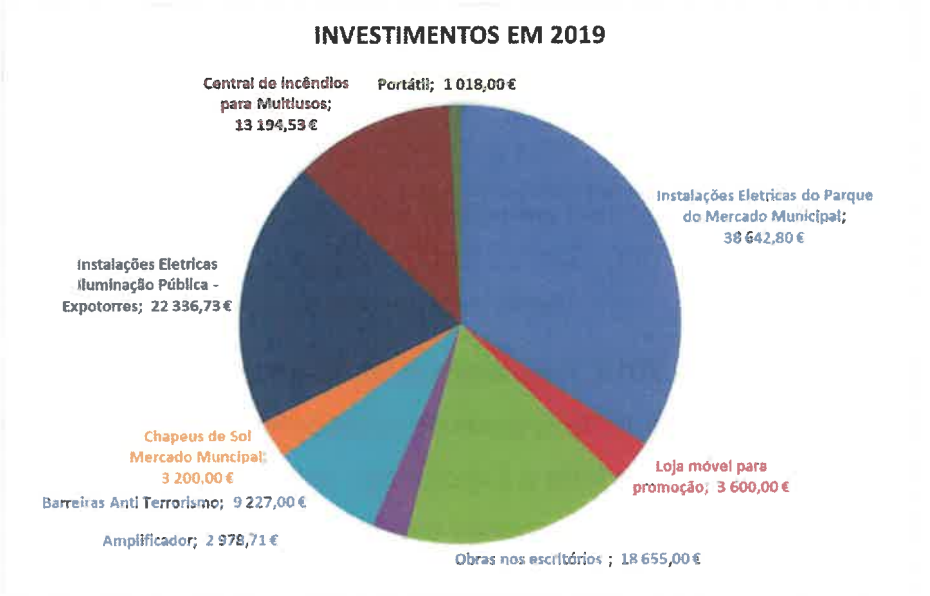


Figura 3 - Evolução dos Investimentos

No primeiro semestre deu-se continuidade ao processo de substituição da iluminação do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, por uma solução de lâmpadas LED, cujo objetivo é reduzir o consumo de energia, o qual ficou concluído no início de julho de 2019.

Este projeto foi aprovado pelo Fundo de Eficiência Energética (FEE) no primeiro semestre de 2018, sendo a comparticipação do FEE de 80% das despesas totais exigíveis realizadas, até ao limite de 80.000 euros.

Descrição	Valor
Investimento total	38 643 €
Investimento Elegível	35 310 €
Investimento financiado pelo FEE	28 248 €

Figura 4 – Investimento aprovado pelo FEE

Durante 2019, efetuaram-se ainda outros investimentos:

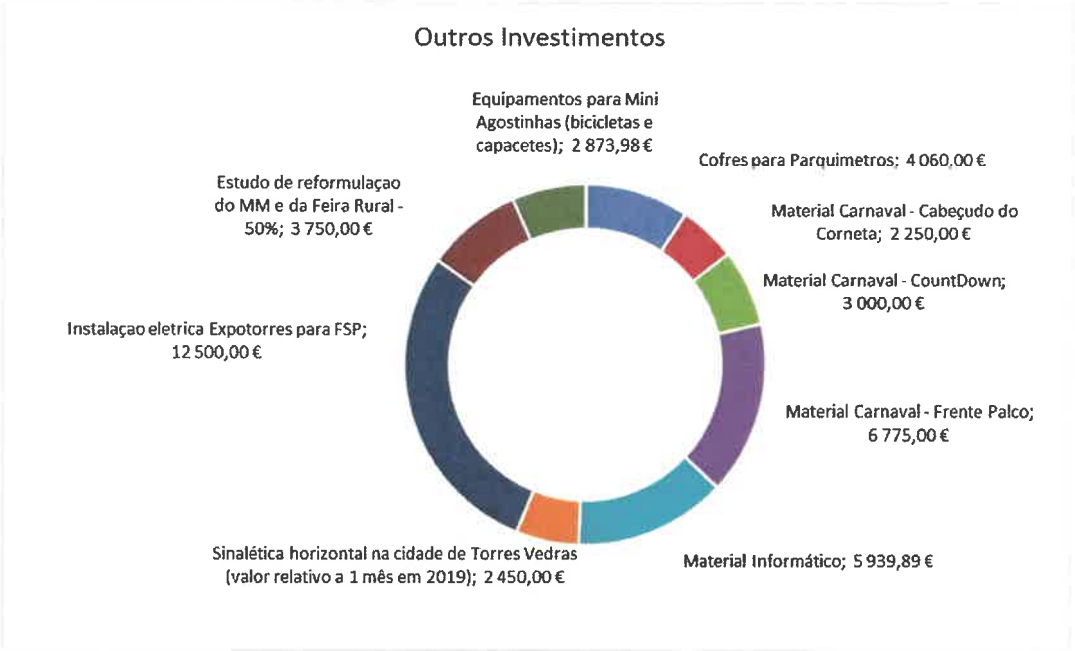


Figura 5 - Evolução semestral dos Outros Investimentos

No segundo semestre de 2019, realizaram-se investimentos em sinalização horizontal no valor de 58.800 euros (pintura de lugares de estacionamento e passadeiras na cidade de Torres Vedras, bem como em toda a Expotorres), sendo que o custo será diferido durante 2 anos (em 2019, foi considerado apenas o mês de dezembro).

De referir também que, no segundo semestre do ano, foi realizada uma revisão da iluminação do piso 0 e piso 1 do interior do Mercado Municipal; foi encomendado um estudo de reformulação do Mercado Municipal e da Feira Rural e foi adquirido equipamento para o novo projeto Mini Agostinhas (bicicletas e capacetes).

1.3

GASTOS

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 984.587,25 euros, verificando-se um acréscimo de 19,1% comparativamente a 2019, motivado por:

- admissão de uma funcionária para reforço da área Administrativa e Financeira (janeiro de 2019) e admissão de uma funcionária para reforço da área de Comunicação e Imagem (fevereiro de 2019);
- admissão de cinco funcionários para reforço da Fiscalização (agosto de 2019);
- aumento de vencimento a dois funcionários, face às funções que passaram a desempenhar (julho e agosto);
- pagamento de horas extraordinárias, concretamente para assegurar a realização dos eventos e a atividade de vigilância nos vários espaços e equipamentos municipais.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um aumento de 10,01%, devido ao aumento de encargos com vigilância externa privada e aluguer de equipamentos para o Carnaval, nomeadamente investimentos com a nova praça de animação – Praça Dr. Alberto Avelino.

	31 dez 2018	31 dez 2019
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	-	-
Trabalhos especializados	413 777,14	466 977,31
Publicidade e propaganda	81 300,17	107 625,48
Vigilância e segurança	108 172,51	152 159,83
Honorários	274 572,40	224 088,97
Conservação e reparação	89 321,71	87 556,59
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros	1 722,06	1 657,19
Materiais	298 595,58	287 430,38
Energia e fluídos	95 097,92	107 429,07
Deslocações, estadas e transportes	20 496,90	24 137,58
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	175 183,56	251 381,33
Comunicação	58 556,57	54 251,79
Seguros	8 851,03	11 308,71
Limpeza	86 458,44	107 734,36
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Outros serviços	3 730,47	3 756,40
	1 715 836,46	**1 887 494,99**

Figura 6 – Evolução de Gastos

A variação no montante das depreciações é a que decorre dos investimentos em imobilizado efetuados em 2019. A empresa continuou a utilizar as taxas mínimas de depreciação, aceites legalmente.

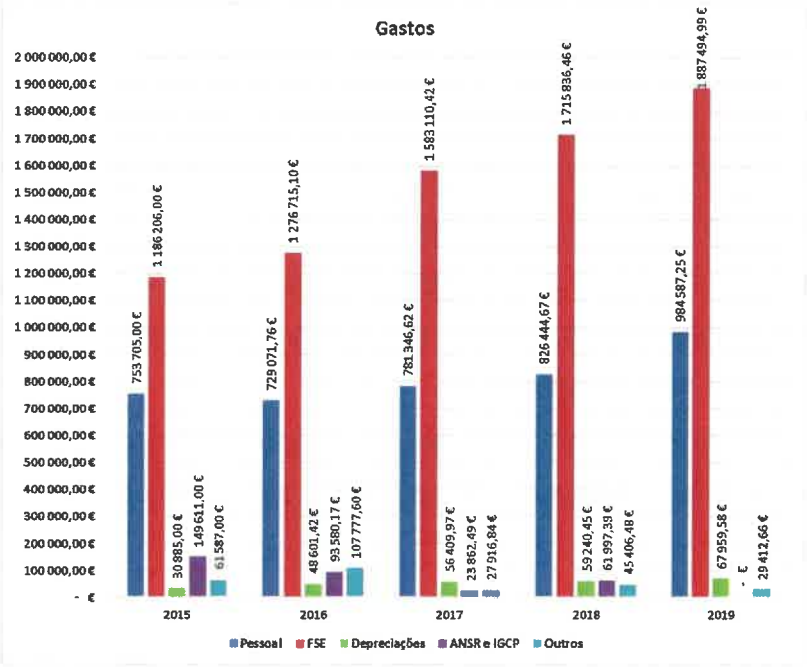


Figura 7 - Evolução dos Gastos

1.4

RENDIMENTOS

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos rendimentos ao longos dos últimos anos e como se pode verificar, em 2019, houve um incremento de 5,23%.

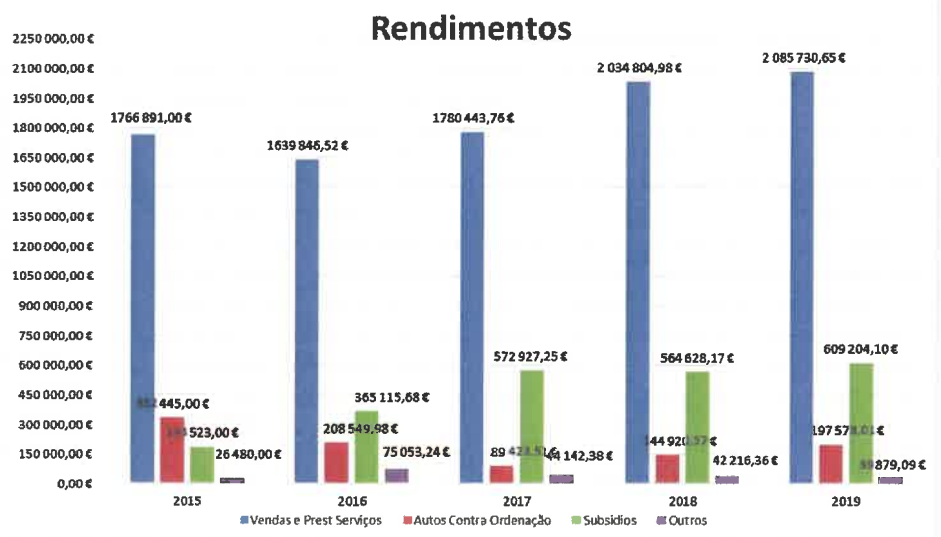


Figura 8 - Evolução dos Rendimentos

O montante total dos Subsídios à Exploração em 2019 totalizou 609.204,10€, sendo este valor referente a:

- Contrato programa para organização e gestão dos eventos (385.000,00 euros) Carnaval de Torres, Carnaval de Verão, Feira Rural, Be Fashion, Festival das Vindimas e organização do Santa Cruz Ocean Spirit;
- Contrato programa para gestão do Mercado Municipal (170.000,00€);
- Contrato Programa para gestão da Expotorres (40.000,00€);
- Financiamento pelo Fundo Ambiental para o Santa Cruz Ocean Spirit (14.204,10€)

1.5

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2017	2018	2019
Autonomia Financeira	18,78%	21,92%	16,66%
Solvabilidade	23,13%	28,07%	20,00%
Cobertura de Imobilizado	38,00%	45,55%	34,07%
Liquidez Geral	0,59	0,54	0,60

Legenda

- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo Líquido Total
- Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total
- Indicador do Grau de Cobertura do Imobilizado = Capitais Permanentes/Imobilizado Liquido
- Liquidez Geral = Activo a curto prazo / Passivo a curto prazo

Figura 9 – Indicadores

Relativamente à Situação Económico Financeira podemos referir o seguinte:

- diminuição da autonomia financeira, o que traduz um aumento da dependência financeira de capitais alheios;
- diminuição da solvabilidade, o que traduz uma redução na capacidade de a empresa dissolver os seus compromissos em médio/longo prazo;
- diminuição no rácio de cobertura de imobilizado, o que traduz uma redução na capacidade de os Capitais Permanentes da empresa financiarem os valores dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis;
- aumento da liquidez geral, o que traduz uma melhoria na relação entre os bens e direitos de curto prazo face às obrigações de curto prazo da empresa.

No cumprimento dos requisitos legais, confirma-se a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

1.6

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido referente ao exercício de 2019, no montante de - 48.310,05 €, seja transferido para a conta 56 - Resultados Transitados.

1.7

PERSPETIVAS FUTURAS

Se na sua origem a Promotorres EM foi criada com o objetivo de organizar e produzir os grandes eventos do concelho, como o Carnaval de Torres Vedras e a Feira de S. Pedro, com forte tradição e ligação aos torrienses e fundamentais para a economia local e regional e capacidade de promoção e projeção do território a nível nacional, mas também internacional, no caso do Carnaval, mais tarde a empresa passou a organizar outros eventos. Mais recentemente, assumiu também a produção do Santa Cruz Ocean Spirit. Cada evento, com a sua identidade e públicos-alvo, é fundamental para a oferta cultural, de lazer e desportiva de Torres Vedras.

Já em 2010, a Promotorres assumiu a gestão do Mercado Municipal e, desde o início de 2020, também do Mercado Abastecedor e de toda a Expotorres (Parque Regional de Exposições), equipamentos estes fundamentais para setores fulcrais da economia do concelho.

Em 2013, a empresa assumiu também um papel fundamental na gestão da mobilidade na cidade de Torres Vedras, através do início da fiscalização do estacionamento à superfície e da gestão de 2 parques subterrâneos, bem como com a criação e gestão das bicicletas urbanas, de uso partilhado, as Agostinhas.

O ano de 2020, mas também o ano de 2021, apresenta enormes desafios. O mundo enfrenta um cenário de pandemia, com a doença COVID-19, situação que levou a empresa municipal a cancelar a quase totalidade dos eventos de 2020, como a Feira Rural, a Feira de Verão, a Feira de S. Pedro, o Carnaval de Verão, o Be Fashion e o Santa Cruz Ocean Spirit. O Carnaval de Torres Vedras realizou-se em fevereiro e foi um enorme sucesso e está a empresa a trabalhar desde março na edição 2021. Também a 40ª edição do Festival das Vindimas e uma edição da Feira de Viaturas Usadas está a ser preparada para o último trimestre do ano.

O facto de os eventos estarem cancelados até 30 de setembro, leva a que a Expotorres esteja impedida de receber eventos, não sendo por isso possível o aluguer a terceiros.

No ano de 2019 foram realizados 2 estudos de reformulação do Mercado Municipal e da Feira Rural. Quanto à Feira Rural, e dado o cancelamento da edição 2020, a reformulação irá acontecer em 2021. Está a Promotores também, e mais uma vez em conjunto com a Câmara Municipal, a trabalhar: na futura Loja da Mobilidade, que centralizará todos os assuntos e serviços relacionados com a área; na recuperação do pavilhão Expo; e na remodelação do Mercado Municipal.

A atual situação levou também a empresa, em conjunto com a Câmara Municipal, a suspender o pagamento de estacionamento à superfície, pelo período de 3 meses e meio. Também a fiscalização do estacionamento à superfície foi suspensa e o parque de estacionamento subterrâneo da Câmara Municipal foi encerrado, por um período de 2 meses, tendo sido retomada a fiscalização e reaberto o parque em meados de maio. Ainda na área da Mobilidade, prevê-se alargar o projeto Mini Agostinhas a todas as escolas do 1.º ciclo do concelho de Torres Vedras, no ano letivo 2020/2021. De destacar que a partir do dia 1 de julho, passa a ser possível pagar o estacionamento à superfície e nos 2 parques subterrâneos, através da app e do sistema de Via Verde.

Como é expectável, a atual situação de pandemia e o referido anteriormente, trará um enorme impacto na situação financeira da empresa. Também grande parte do previsto no Plano e Orçamento para o ano 2020 ficará sem efeito, existindo a expetativa de vir a ser possível de implementar em 2021.

O rigor e a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros são princípios base na gestão de uma empresa, face ao cenário atual e vivido à escala global, estes princípios ganham um significado de extrema importância.

2

ÁREA DOS EVENTOS

Em 23 de fevereiro de 2017 foi celebrado com a Câmara Municipal um contrato programa para a organização e gestão dos eventos, Carnaval de Torres; Carnaval de Verão; Be Fashion Santa Cruz; Feira Rural; Festival das Vindimas; Feira de S. Pedro, Feira da Saúde e Feira de Viaturas Usadas, e ainda o Santa Cruz Ocean Spirit para o período 2017-2019, que foi visado pelo Tribunal de Contas em 18 de maio de 2017.

Como alguns destes eventos não são geradores de receita, ou as receitas geradas, pela natureza do evento, não são suficientes para assegurar as despesas necessárias à realização do mesmo, é atribuído um subsídio à exploração no montante total de anual de 385.000 euros, distribuído da seguinte forma:

a) Carnaval de Torres - 100.000,00 euros (cem mil euros);
b) Carnaval de Verão - 20.000,00 euros (vinte mil euros);
c) Be Fashion Santa Cruz - 10.000,00 euros (dez mil euros);
d) Feira Rural - 30.000,00 euros (trinta mil euros);
e) Festival das Vindimas – 35.000,00 euros (trinta e cinco mil euros);
f) Santa Cruz Ocean Spirit – Festival Internacional de Desportos de Ondas 190.000,00 euros (cento e noventa mil euros).

A celebração deste contrato permite à Promotorres assegurar a produção desses eventos. A análise ao ano de 2019 que se segue, incidirá sobre os eventos que se realizaram nesse período.

2.1

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS

Como já referido, no âmbito do Contrato Programa para a organização e gestão de eventos manteve-se a atribuição de um subsídio à exploração de 100.000 euros para o evento Carnaval de Torres.
A edição 2019 do Carnaval de Torres cumpriu as expectativas orçamentais, respeitando rigorosamente o orçamento previsional de despesa, assente numa base de controlo e racionalização dos gastos.

A despesa do Carnaval em 2019 sofreu um aumento com investimentos na Loja Móvel para a venda de merchandising, um novo cabeçudo de um ícone do Carnaval de Torres – O Corneta - e investimentos na animação e cenografia de uma nova praça para o Carnaval de Torres, novo espaço para acolher os foliões de modo a alargar o perímetro de animação que se considera limitador (Praça Dr. Alberto Avelino).

De acordo com o estudo de performance de comunicação elaborado pela *Cision*, o Carnaval de Torres continua a apresentar os indicadores mais elevados, seja no número de notícias (693), sejam os contactos provocados pela informação (54 milhões).

O valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela em 2019 foi de 29,3 milhões de euros, semelhante aos 29,6 milhões de euros em 2018. Os dados de performance de comunicação apontam para valores de liderança a nível nacional, podendo concluir-se que o evento é um forte ativo de comunicação e um importante instrumento de Marketing Territorial.

A receita própria do evento, que depende essencialmente da venda de ingressos (15.000 *kit's*, livre transito ou bilhete diário), regista nas últimas edições estabilidade em termos percentuais, representando uma fidelização e afirmação do Carnaval junto do público. Tal como em 2018, em 2019, o *Kit* de Carnaval esgotou antes da data de término prevista para a venda do mesmo.

O patrocínio de uma cervejeira, iniciado em 2017 e negociado por um período de 2 anos, traduz-se num apoio de 35.000 euros a que se somam outros patrocinadores com valores inferiores.

A receita de bilheteira em 2019 representou 67% da receita total do evento; em 2019 foram registadas 65.890 entradas, em 2018 – 66.519 entradas, em 2017 – 72.837 entradas, em 2016 – 57.204 entradas, o que demonstra que a venda de bilhética estabilizou.

Em 2019, as condições climatéricas adversas tiveram um impacto no número de entradas registadas na terça-feira (tendo inclusive vários corsos de Carnaval por todo o país sido cancelados).

Em 2019, manteve-se a tendência de 2018 na bilheteira, ou seja, verificou-se o aumento da venda de kit's e de ingressos de Livre Trânsito e uma diminuição na venda de bilhetes do dia.

NÚMERO ENTRADAS			
	2017	2018	2019
	SOL	SOL	CHUVA
SÁBADO	20 722	18 314	19 425
DOMINGO	19 204	10 219	18 272
SEGUNDA	18 487	20 305	21 108
TERÇA	14 424	17 681	7 085
TOTAL	72 837	66 519	65 890

Figura 10- Entradas nos corsos

CARNAVAL	2017	2018	2019
RECEITA	655 129 €	768 915 €	800 753 €
DESPESA	608 417 €	645 317 €	761 214 €
RESULTADO	46 712 €	123 598 €	39 539 €

Figura 11 - Evolução de resultados

2.2

FEIRA RURAL

A 15º edição da Feira Rural decorre no 1º sábado de cada mês, de abril a outubro, nas ruas do centro histórico de Torres Vedras. A edição de agosto é realizada em Santa Cruz. Em 2019, a Feira Rural de abril foi cancelada por motivos meteorológicos. Também em

2019 foi realizado um estudo de reformulação da Feira Rural 2020, reformulação essa que deverá acontecer em 2021 devido à atual situação de pandemia que levou ao cancelamento da edição 2020.

A Feira Rural está incluída no Contrato Programa para a organização e gestão de Eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo atribuído um subsídio anual à exploração de 30.000 euros.

Feira Rural	2017	2018	2019
RECEITA	30 000 €	30 000 €	30 037 €
DESPESA	28 651 €	31 687 €	41 222 €
RESULTADO	1 349 €	-1 687 €	-11 185 €

Figura 12 - Evolução de resultados

2.3

FEIRA DE SÃO PEDRO

Na edição de 2019, foi dada continuidade à consolidação do espaço e introduzidos novos divertimentos, o que se traduziu numa melhoria da Feira.

O espaço dedicado ao Vinho nas Linhas, numa parceria com a CVR Lisboa e com a Associação de Agricultores do Concelho de Torres Vedras, continua a ser um espaço de referência no evento, numa das principais áreas económicas do concelho e da região.

Em 2019 foi pela primeira vez instalado um Fraldário, para pais e bebés, que teve enorme afluência e inúmeros elogios e foi feito um investimento nos elementos de comunicação e de visibilidade da própria feira. Também a animação itinerante foi reforçada, trazendo mais e melhor animação por toda a feira, satisfazendo e animando os visitantes, tanto nas zonas de restauração, como no interior dos pavilhões e expositores no exterior.

Respondendo às expectativas de muitos visitantes, a Feira manteve, na edição de 2019 uma área dedicada aos animais. A Quinta de S. Pedro trouxe de volta à feira um diversificado número de animais domésticos, que ocuparam a sua área nas traseiras do Pavilhão Multiusos, permitindo reviver as tradições rurais.

Na área dos restaurantes, além da tenda na zona de esplanada, foi incluída também uma nova decoração de fachadas nos restaurantes, o que permitiu a continuidade de melhoria do espaço, quer em capacidade de resposta, quer em condições de conforto para os visitantes da feira.

Em 2019, manteve-se o número de bares (cinco), tendo sido feito um procedimento de concurso para a atribuição dos espaços.
Também existiu um investimento na colocação de WC 's junto à zona de tasquinhas e o reforço de WC 's portáteis perto dos restaurantes.

O número de visitantes, agora acima dos duzentos e vinte mil, é uma tendência que se mantém nas suas últimas edições, sendo resultado da diversidade que as várias valências da Feira lhe conferem, seja na visita aos expositores, nas compras, no convívio, nas tasquinhas/restauração ou nos divertimentos, mas também pela aposta na comunicação, em particular na rádio nacional RFM.
Um elevado número de expositores fortemente fidelizados e o surgimento de novas empresas com novos produtos e serviços, são o garante da qualidade oferecida aos visitantes e da vitalidade do certame, explicando o sucesso do mesmo.

Em 2019 a Feira de S. Pedro manteve uma procura semelhante à do ano transato, o que permitiu manter a oferta de expositores aos que visitam o certame.

Destaque ao desfile das Marchas Populares do concelho de Torres Vedras, em condições melhoradas e que antecederam o fogo de artifício do último dia.
No seguimento do que tem sucedido em anos anteriores, mais de metade das empresas presentes são de Torres Vedras e um grande número dos restantes municípios do Oeste, reforçando estes dados a ideia da vitalidade e dinamismo do tecido empresarial da região e particularmente de Torres Vedras, e da sua aposta em considerar a Feira de S. Pedro, como espaço privilegiado para a promoção e comercialização dos seus produtos e serviços.

Em termos comerciais foram asseguradas as condições dos anos anteriores, numa política de valorização das empresas fidelizadas e na criação de condições facilitadores para a representação do tecido empresarial local, regional e nacional.

Mantiveram-se os descontos sobre o valor de tabela entre 5% e 15%, conforme as datas de inscrição antecipadas dos expositores.

FSP	EXPOSITORES	OUTROS	TOTAL	VISITANTES
2017	220	149	369	219 086
2018	217	157	374	208 954
2019	202	170	372	225 636

Figura 13- Evolução de Expositores e Visitantes

Feira São Pedro	2017	2018	2019
RECEITA	325 417 €	331 991 €	324 148 €
DESPESA	191 901 €	229 265 €	288 659 €
RESULTADO	133 516 €	102 726 €	35 489 €

Figura 14 - Evolução de resultados

2.4

FEIRA DE VIATURAS USADAS

A Feira temática vocacionada para os automóveis usados foi a primeira realizada no País. Em 2019, e à semelhança de 2018, foram realizadas 2 edições mas com a particularidade de a segunda edição ter várias melhorias, concretamente mais divulgação, iluminação adequada com as novas torres instaladas, música ambiente, bem como outras pequenas melhorias no local. A pedido dos expositores, a segunda edição foi prolongada por mais uma semana.

Trata-se de um evento que é organizado e produzido de acordo com as sugestões e pretensões dos próprios expositores.

Feira Usados	2017	2018	2019
RECEITA	11 725 €	10 510 €	16 250 €
DESPESA	9 202 €	9 783 €	14 631 €
RESULTADO	2 523 €	727 €	1 619 €

Figura 15 - Evolução de resultados

2.5

BE FASHION

O Be Fashion é um evento de moda e animação que tem como principal objetivo marcar o início do Verão na praia de Santa Cruz, inserindo-se na programação da Onda de Verão.

Pelo segundo ano consecutivo, o evento realizou-se no início do verão, no dia 15 de junho, assinalando o início da época balnear.

Este evento já enraizado, contou com a participação de cinco modelos profissionais e cerca de quinze jovens e vinte crianças que mostraram as coleções Primavera/Verão das várias lojas aderentes – maioritariamente lojas de Santa Cruz (vestuário, desporto) e de estilistas torrienses convidados, que se associaram ao evento.

O Be Fashion consta do contrato programa para a organização e gestão de eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo-lhe atribuído um subsídio à exploração de 10.000,00 euros, por não ser gerador de receita.

BEFASHION	2017	2018	2019
RECEITA	11 395 €	11 500 €	11 000 €
DESPESA	11 167 €	15 824 €	20 344 €
RESULTADO	228 €	-4 324 €	-9 344 €

Figura 16 - Evolução de resultados

O resultado obtido em 2019 reflete o acréscimo dos vários custos inerentes à realização do evento, desde som e luz, modelos, passerelle, entre outras despesas.

2.6

CARNAVAL DE VERÃO

O Carnaval de Verão levou uma vez mais a Santa Cruz um encontro de carnavais de todo o país. Contou com a presença do Carnaval de Ovar, os Caretos de Podence, Dança dos Cus [Cabanas de Viriato], o Grupo Foliões do Fidalgo [Cuba do Alentejo], ainda com o

tradicional desfile das seis associações e diversos grupos de mascarados do Carnaval de Torres Vedras e também grupos de percussão, traduzindo-se numa noite de animação e folia que contribuiu para o comércio tradicional.
A noite iniciou com uma homenagem à Federação Portuguesa de Canoagem, através da oferta simbólica de um boneco pertencente ao carro alegórico do Desporto, o atleta Fernando Pimenta.

Cerca de 800 figurantes participaram neste desfile que culminou com a divulgação do Tema do Carnaval de Torres 2020 e com o tradicional fogo-de-artifício.

De salientar que o Carnaval de Verão de 2019 foi marcado pela participação de suas altezas, os Reis do Carnaval de Torres e da Real Confraria do Carnaval de Torres, resultando assim no ano em que contamos com a presença de todas as associações carnavalescas.

Este evento consta do contrato programa para a organização e gestão de eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo atribuído um subsídio à exploração de 20.000,00 euros, por não ser gerador de receita.

CARNAVAL VERÃO	2017	2018	2019
RECEITA	20 000 €	20 348 €	21 500 €
DESPESA	20 060 €	22 286 €	35 848 €
RESULTADO	-60 €	-1 938 €	-14 348 €

Figura 17 - Evolução de resultados

O resultado obtido em 2019 reflete o acréscimo de custos inerentes à participação de mais grupos de outros carnavais, de mais figurantes, bem como de encargos relacionados com a homenagem efetuada à Federação Portuguesa de Canoagem e ao atleta Fernando Pimenta.

2.7

FESTIVAL DAS VINDIMAS

O Festival das Vindimas é um evento enraizado e com muitos anos de história.

O ano de 2019 repetiu o formato iniciado no ano anterior, com a realização de 4 grandes eliminatórias que elegeram a rainha das Vindimas de cada uma das 13 freguesias do concelho.

Esta alteração resultou numa valorização dos espetáculos das eliminatórias, possibilitando uma maior interação entre todas as candidatas das várias freguesias em cada eliminatória, e por isso mais motivador para todas elas, continuando a merecer uma avaliação muito positiva por parte da globalidade dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Já na sua 39ª edição, o Festival das Vindimas continua a celebrar a vinha e o vinho, sendo um evento muito importante para as freguesias e para as suas gentes e comércio local.

A Final voltou a realizar-se no pavilhão Multiusos, encerrando as Festas da Cidade, com um espetáculo único, que juntou várias escolas de dança e músicos do concelho, bem com uma banda a lembrar as décadas de 60/70. Cada finalistas apresentou o seu traje alusivo ao tema, sendo selecionadas com diversos títulos: Miss Simpatia, Juventude, Fotogenia, Criatividade, 1ª e 2ª Dama de Honor e Rainha das Vindimas.
De referir também que a Final de 2019 ficou também marcada por um acrescido de público, 2.140 pessoas, apesar de se ter realizado a uma segunda-feira à noite.

PARTICIPANTES VINDIMAS	
2017	78
2018	56
2019	54

Figura 18 - Evolução de participantes

Vindimas	2017	2018	2019
RECEITA	42 914 €	42 273 €	43 450 €
DESPESA	47 152 €	53 938 €	72 214 €
RESULTADO	-4 239 €	-11 665 €	-28 764 €

Figura 19 - Evolução de resultados

2.8

SANTA CRUZ OCEAN SPIRIT

O Santa Cruz Ocean Spirit, é um festival internacional de desportos de ondas, realizado desde 2007 na praia de Santa Cruz, concelho de Torres Vedras, que passou a ser produzido pela Promotorres em 2017 e está previsto no contrato programa de organização e gestão de eventos, sendo atribuído um subsídio à exploração no valor de 190.000€.

Este é um festival destinado aos amantes dos desportos de ondas, bem como a toda a família, com o objetivo de incentivar o público à prática de desportos de ar livre e a hábitos de vida saudáveis.
A visibilidade de Santa Cruz, como destino turístico e para a prática de desportos de ondas, são os objetivos do evento.

A 13ª edição do Santa Cruz Ocean Spirit, decorreu de 19 a 28 de julho de 2019, onde os desportos de ondas foram mais uma vez o destaque e numa edição em que a componente de música assumiu um novo formato.

Se na componente desportiva o evento decorreu superando as expetativas, com destaque ao Eurosurf que juntou 120 atletas de 15 seleções europeias, e em que atletas, equipas técnicas e staff das organizações das provas elogiaram a organização do evento, já a componente de música não decorreu como previsto. A música assumiu um novo modelo, de "músicas do mundo", que quebrou com os modelos anteriores, e as condições do mar e a consequente redução do areal levou ao cancelamento de 2 noites.

De realçar também uma nova "ambiência" na Aldeia Neptuno, novamente aberta ao mar, com baloiços e um novo conceito de lojas e bares à base de cocktails de frutas. A componente ambiental e de inclusão social, são, desde a primeira edição, uma matriz do evento.

Mais uma vez foi atribuído o prémio pelo Ministério do Ambiente, referente ao programa "Sê-lo Verde" distinguindo as boas práticas ambientais.

OCEAN SPIRIT	2017	2018	2019
RECEITA	232 382 €	219 237 €	208 725 €
DESPESA	225 699 €	280 258 €	327 934 €
RESULTADO	6 682 €	-61 021 €	-119 209 €

Figura 20 - Evolução de resultados

2.9

EVENTOS DIVERSOS

A Promotorres continua a prestar serviços de apoio logístico e de recursos humanos ao Gabinete de Produção de Eventos da Câmara Municipal, o qual é responsável por toda a logística dos eventos da Câmara Municipal e do apoio à organização de eventos de outras entidades e da própria Promotorres EM.

Em 2016 foi adquirida uma viatura que está afeta, em exclusivo, a esta atividade.

No primeiro semestre de 2019 verificou-se a diminuição dos valores do Apoio Às Montagens, devido à passagem da quase totalidade da equipa para a Câmara Municipal de Torres Vedras (diminuição do número de elementos da equipa pagos pela Promotorres).

EVENTOS DIVERSOS	2017	2018	2019
DIVERSOS	-11 843 €	-13 778 €	1 250 €
APOIO AS MONTAGENS	-55 221 €	-48 450 €	-20 800 €
IVECO	-7 301 €	-8 155 €	-7 470 €
TOTAL DE DESPESAS	-74 365 €	-70 384 €	-27 021 €

Figura 21 - Evolução de gastos

3

EQUIPAMENTOS

3.1

MERCADO MUNICIPAL

3.1.1

OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL

O Mercado Municipal de Torres Vedras continua a ser um espaço de referência, não só na cidade como no concelho e na região, pela diversidade e qualidade dos seus produtos e do atendimento dos 52 Operadores que comercializam variados produtos, desde carne e peixe fresco, pão e bolos, frutos secos e rações, produtos de charcutaria, papelaria, mercearias gourmet, fruta e legumes, bares e produtos biológicos.
Existem ainda 8 espaços de venda ocasional no interior do Mercado onde se conta com a presença de agricultores do concelho e 10 espaços para vendedores ambulantes no exterior do Mercado (no espaço do Invernadeiro).

Apesar das dificuldades conjunturais, o ano de 2019 apresenta mais 2 Operadores (bancas) comparativamente ao ano anterior. Por fim, verifica-se uma taxa de ocupação dos espaços de cerca de 84% em bancas e de 63% em lojas.

Lojas	2017		2018		2019	
	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia
Carnes	10	4	8	6	8	6
Bar	6	0	6	0	7	0
Papelaria	1	0	1	0	1	0
Mercearia	2	0	2	0	1	0
Outros	0	4	0	4	0	4
Total	**19**	**8**	**17**	**10**	**17**	**10**

Figura 22 - Evolução de ocupação de lojas

Bancas	2017		2018		2019	
	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia
Fruta	8	2	8	2	9	1
Legumes	10	2	10	2	11	1
Peixe	17	4	17	4	11	5
Frutos Secos	3	0	3	0	3	0
Pão e Bolos	5	2	5	2	3	0
Charcutaria	3	0	3	0	3	0
Flores	3	0	2	1	2	1
Diversos	2	1	2	1	10	2
Total	**51**	**11**	**50**	**12**	**52**	**10**

Figura 23 - Evolução de ocupação de Bancas

3.1.2

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O edifício do Mercado Municipal, pelas suas características e pelos quase 10 anos, obriga a uma manutenção constante, com recurso à contratação externa, situação que leva a custos avultados.

No ano de 2019, além da instalação de nova iluminação Led e de um sistema de gestão inteligente que se auto ajusta em função do uso e ocupação, nos pisos -1 e -2 do parque de estacionamento, foi realizada uma revisão a toda a iluminação no piso 0 e piso 1 do edifício.

Além da campanha de Aniversário em setembro, destaque também à campanha de Natal realizada em 2019, com a ocupação quase sempre total dos espaços devolutos, com parceiros externos e produtos, atividades e projetos diferenciadores, forte investimento em comunicação, o que trouxe uma grande dinâmica e mais e novos clientes ao Mercado Municipal, com reconhecimento por parte dos Operadores.

3.1.3

ANÁLISE DE RESULTADOS (*)

A exploração do Mercado em 2019, tal como em 2017 e 2018, continua a apresentar um resultado negativo, embora tenha sido menos deficitário.

MERCADO	2017	2018	2019
RECEITA	294 034 €	296 556 €	291 175 €
DESPESA	353 879 €	372 006 €	322 891 €
RESULTADO	-59 845 €	-75 450 €	-31 716 €

Figura 24 - Evolução de resultados

(*) De acordo com o Contrato Programa para exploração do Mercado Municipal, os valores referentes à Gestão do Parque do Mercado Municipal deverão ser considerados na análise de resultados do Mercado Municipal.

Deste modo, e para este efeito, os valores a considerar são:

Contrato Programa

MERCADO	2017	2018	2019
RECEITAS DO MERCADO	294 034 €	296 556 €	291 175 €
RECEITAS DO PARQUE MM	63 544 €	60 328 €	59 870 €
DESPESAS DO MERCADO	353 879 €	372 006 €	322 891 €
DESPESAS DO PARQUE MM	50 471 €	37 777 €	79 038 €
RESULTADO	-46 772 €	-52 899 €	-50 884 €

Figura 25 – Contrato Programa para Gestão do Mercado Municipal

3.2.

EXPOTORRES

A Expotorres – Parque Regional de Exposições de Torres Vedras, é o espaço de excelência onde se realizam as maiores feiras e exposições do concelho e da região. Com uma localização privilegiada na cidade ocupa uma área total de 70.000 m2 e 5.800 m2 de área coberta.

Em 2019 foi celebrado o primeiro Contrato Programa para gestão da Expotorres no valor de 40.000 euros. O Mercado Abastecedor, localizado nesta área, está agora sob gestão da Promotorres EM.

Em 2019, a Expotorres apresenta um resultado negativo de 11.521 euros, uma redução considerável face aos anos anteriores, fruto do recebimento do Contrato Programa para a gestão da Expotorres (40.000 euros) e do aumento da receita de aluguer dos pavilhões:

EXPOTORRES	2017	2018	2019
RECEITAS PAV EXPOTORRES	2 175 €	0 €	11 500 €
RECEITAS PAV MULTIUSOS	6 232 €	7 008 €	31 903 €
RECEITAS EXPOTORRES	14 565 €	12 025 €	16 088 €
RECEITAS MERC ABASTECEDOR *	na	na	13 837 €
TOTAL DE RECEITAS	**22 972 €**	**19 033 €**	**73 327 €**
DESPESAS PAV EXPOTORRES	19 613 €	12 827 €	18 341 €
DESPESAS PAV MULTIUSOS	26 789 €	18 696 €	27 537 €
DESPESAS EXPOTORRES	43 437 €	41 898 €	38 886 €
DESPESAS MERC ABASTECEDOR	0 €	0 €	85 €
TOTAL DE DESPESAS	**89 839 €**	**73 421 €**	**84 848 €**
RESULTADO	**-66 867 €**	**-54 388 €**	**-11 521 €**

Nota: * A gestão do Mercado Abastecedor teve início em 2019

Figura 26 - Evolução de resultados

3.3.

OUTROS SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS

A empresa mantém a prestação de serviços ao Município, nomeadamente de apoio com recursos humanos nos seguintes locais: Câmara Municipal, Ed. Paços do Concelho, Biblioteca Municipal, Loja do Cidadão, Torres Vedras LabCenter, Parque do Choupal, Parque Verde da Várzea, Pavilhão de S. Gonçalo, Castelo, Museu Municipal, Centro de interpretação da Rede de Judiaria, Fábrica das Histórias, Teatro-Cine, Espaço Aguarela, entre outros serviços pontuais.

Estas prestações de serviços em 2019 registaram um resultado positivo de 1.319 euros, tendo em conta as requisições da Câmara Municipal até 31 de dezembro de 2019.

Gestão de equipamentos	2017	2018	2019
RECEITA	107 334 €	189 825 €	197 190 €
DESPESA	182 382 €	184 918 €	195 871 €
RESULTADO	-75 048 €	4 908 €	1 319 €

Figura 27 - Evolução de resultados

4

GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO

4.1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A implementação do Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento (SIGE) permitiu disciplinar e promover o correto uso do espaço público no que concerne ao estacionamento, melhorar a mobilidade dos residentes e visitantes e estimular o uso de modos suaves de transporte, nomeadamente de bicicleta, de modo a contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, a redução de consumos energéticos e consequente poluição ambiental, com o objetivo máximo de alcançar uma mobilidade cada vez mais sustentável na cidade de Torres Vedras.

No âmbito SIGE a Promotores, assumiu responsabilidade na gestão das Agostinhas (bicicletas urbanas), de 125 parcómetros existentes na cidade, na fiscalização do estacionamento tarifado e indevido, na via publica, na gestão de viaturas abandonadas na cidade de Torres Vedras, na gestão do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal que oferece 202 lugares e do Parque de Estacionamento de Edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras que oferece 319 lugares. Os parques subterrâneos, oferecem estacionamento rotativo e estacionamento em regime periódico sem reserva de espaço, pela qual foi implementada a possibilidade de inscrição e respetivo pagamento através de aplicação móvel *(App) Paysimplex*.
O projeto de bicicletas urbanas de uso partilhado, Agostinhas, a pedalar desde 2013, conta no final do ano de 2019, com 3.305 utilizadores registados e um somatório de 88.005 utilizações - desde o seu início - mantendo uma utilização muito constante, com maior incidência nos meses de Verão e no início do ano letivo.

Os novos compromissos assumidos na área do estacionamento, resultado da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no

domínio do estacionamento público, reforçam o posicionamento da empresa como um parceiro determinante para a gestão do espaço público da Cidade.

4.2

RESUMO DE RESULTADOS

O ano de 2019 foi um ano de crescimento e algumas alterações.
Em abril foram inaugurados os novos escritórios e a Loja da Mobilidade, nas traseiras do Mercado Municipal; houve alteração na coordenação da equipa da Fiscalização, foram contratados quatro Agentes de Fiscalização e uma pessoa para o atendimento. No 1º semestre foram instaladas cinco novas bikestations na cidade, tendo também sido renovada a imagem de todas elas (19 no total).
Em setembro de 2019 foi dado início a um novo projeto - Mini Agostinhas, programa de incentivo a práticas sustentáveis e hábitos de vida saudáveis, bem como de ensino da condução da bicicleta, nas escolas do 1.º ciclo do concelho, em colaboração com a Câmara Municipal e com a Federação Portuguesa de Ciclismo.
Na época do Natal, a Promotorres EM voltou a oferecer a 1ª hora no parque de estacionamento subterrâneo da Câmara Municipal e a oferecer duas horas de estacionamento à superfície para os pagamentos através da App da Paysimplex.

Quanto aos resultados globais, financeiros, o ano de 2019 (926.237,85€) foi superior ao de 2018 (898.124,23€).

De destacar mais uma vez o aumento considerável do pagamento do estacionamento através da aplicação de telemóvel Paysimplex (desde julho de 2015), que passou de 49.618 pagamentos em 2018, para 84.498 pagamentos em 2019. Trata-se de uma excelente opção de pagamento, de grande utilidade para o condutor.

Também as avenças de estacionamento nos dois parques subterrâneos (Câmara Municipal e Mercado Municipal) tiveram um acréscimo em 2019, em número de avenças, número de acessos e respetiva receita.

Relativamente à receita obtida pelo pagamento do estacionamento através dos parcómetros, verificou-se uma pequena descida em 2019, dado que os meses de novembro e dezembro foram complexos devido ao software de gestão dos parcómetros

ter deixado de funcionar, porque se encontrava obsoleto, e não permitia o normal funcionamento da maioria dos 125 parcómetros existentes na cidade. O facto de os pagamentos via App da Paysimplex terem aumentado consideravelmente, poderão também ter contribuído para esta redução.

Nos quadros seguintes apresenta-se o fluxo financeiro e o resultado económico para cada uma das infraestruturas:

PARQUE CMTV	2017	2018	2019
RECEITA	44 850 €	45 503 €	45 469 €
DESPESA	34 536 €	37 326 €	42 961 €
RESULTADO	10 314 €	8 177 €	2 508 €

PARQUE MERCADO	2017	2018	2019
RECEITA	63 544 €	60 328 €	59 870 €
DESPESA	50 471 €	37 777 €	79 038 €
RESULTADO	13 073 €	22 551 €	-19 168 €

PARCÓMETROS	2017	2018	2019
RECEITA	492 914 €	525 959 €	521 074 €
DESPESA	69 334 €	83 827 €	65 809 €
RESULTADO	423 580 €	442 131 €	455 265 €

FISCALIZAÇÃO	2017	2018	2019
RECEITA	116 583 €	176 479 €	238 917 €
DESPESA	355 672 €	410 859 €	420 922 €
RESULTADO	-239 089 €	-234 380 €	-182 004 €

AGOSTINHAS	2017	2018	2019
RECEITA	1 876 €	3 073 €	3 858 €
DESPESA	66 255 €	64 893 €	71 413 €
RESULTADO	-64 378 €	-61 820 €	-67 555 €

Figura 28 – Evolução da Mobilidade

MOBILIDADE

RECEITA	2018	2019
PARQUE MERCADO	70 900,56 €	68 642,00 €
Receitas Rotação	49 141,10 €	46 117,00 €
Entradas Rotação	195618	243008
Entradas de Avenças	15202	28937
Média Utilizadores Dia	547	675
Receita média por Utilizador	0,26 €	0,19 €
Avenças	21 759,46 €	22 525,00 €
PARQUE CMTV	55 868,78 €	58 345,70 €
Receita	23 463,40 €	23 770,70 €
Entradas Rotação	32430	33949
Entradas de Avenças	27878	22111
Média Utilizadores Dia	100	105
Receita média por Utilizador	0,73 €	0,71 €
Avenças	32 405,38 €	34 575,00 €
PARCÓMETROS	621 742,60 €	614 733,43 €
Receita média por dia	1 727,06 €	1 707,59 €
Talões Emitidos	1300596	1039868
Receita média por estacionamento	0,48 €	0,57 €
PAYSIMPLEX	17 210,87 €	30 373,47 €
N.º Pagamentos/estacionamentos	49618	84498
TOKENS	889,50 €	682,50 €
Total Unid Vendidas	5942	4560
FISCALIZAÇÃO (a)	126 906,92 €	150 790,75 €
Número de Denuncias	12661	10967
-por falta de pagamento (6,40€)	8510	5975
-outras contra ordenações	4141	4992
(a) valor real da receita arrecada pela Promotorres		
AGOSTINHAS	4 605,00 €	2 670,00 €
Inscrições	447	267
Nº de utilizadores registados	3126	3305
Nº de utilizações do período	15315	21057
Nº total de utilizações	66948	88005
RECEITA TOTAL	898 124,23 €	926 237,85 €

Figura 29 – Evolução da Mobilidade

Torres Vedras, 9 de junho de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1

5.1 BALANÇO

Promotorres, EM
Balanço Individual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	545 434,29	502 563,90
Activos intangíveis	8	75 870,00	87 780,00
Outros investimentos financeiros	9	8 525,30	6 318,68
Créditos a receber	4, 13	0,00	88 282,87
		629 829,59	**684 945,45**
Activo corrente			
Inventários	10	17 742,22	11 800,25
Clientes	11	171 477,72	150 895,68
Estado e outros entes públicos	12	9 978,08	0,00
Outros créditos a receber	4, 13	195 720,45	110 930,67
Diferimentos	14	150 861,62	80 548,22
Caixa e depósitos bancários	5, 15	85 789,57	142 826,93
		631 569,66	**497 001,75**
Total do activo		**1 261 399,25**	**1 181 947,20**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	250 000,00	250 000,00
Reservas legais	17	3 000,10	3 000,10
Resultados transitados	18	-16 245,24	-65 659,16
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	19	21 751,79	22 315,72
Resultado líquido do período	31	-48 310,05	49 413,92
Total do capital próprio		**210 196,60**	**259 070,58**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	20	0,00	7 254,35
Outras dívidas a pagar	4, 22	4 370,21	45 659,32
		4 370,21	**52 913,67**
Passivo corrente			
Fornecedores	21	563 531,11	385 733,30
Adiantamentos de clientes	11	140,72	547,38
Estado e outros entes públicos	12	47 734,71	68 254,13
Financiamentos obtidos	20	7 254,35	9 546,38
Outras dívidas a pagar	4, 22	301 996,43	349 946,93
Diferimentos	14	126 175,12	55 934,83
		1 046 832,44	**869 962,95**
Total do passivo		**1 051 202,65**	**922 876,62**
Total do capital próprio e do passivo		**1 261 399,25**	**1 181 947,20**

Administração CC CC

5.2

5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EM
Demonstrações dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			31.12.2019	31.12.2018
Vendas e serviços prestados	23	+	2 085 730,65	2 034 804,98
Subsídios à exploração	24	+	609 204,10	564 628,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-9 694,07	-11 297,27
Fornecimentos e serviços externos	25	-	-1 887 494,99	-1 715 836,46
Gastos com o pessoal	26	-	-984 587,25	-826 444,67
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	11	+/-	8 050,90	12 676,93
Outros rendimentos	27	+	226 235,10	171 292,48
Outros gastos	28	-	-16 327,63	-92 523,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	**31 116,81**	**137 300,36**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	29	+/-	-67 959,58	-59 240,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	**-36 842,77**	**78 059,91**
Juros e gastos similares suportados	30	-	**-219,86**	-415,28
Resultado antes de impostos		=	**-37 062,63**	**77 644,63**
Imposto sobre o rendimento do período	31	-/+	-11 247,42	-28 230,71
Resultado líquido do período		=	-48 310,05	**49 413,92**

administração

cc cc

5.3

5.3 DEMOSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Promotorres, EM
Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 01.01.2018	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-44 766,16**	**6 307,93**	**6 307,93**	**214 541,87**
Alterações no Período:							
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	-27 200,93	22 315,72	-	-4 885,21
		-	-	-27 200,93	22 315,72	-	-4 885,21
Resultado Líquido do Período	30				-	49 413,92	49 413,92
Resultado Integral					-	49 413,92	44 528,71
Operações com detentores de capital próprio:							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	6 307,93	-6 307,93	-	-
		-	-	6 307,93	-6 307,93	-	-
Saldos em 31.12.2018	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-65 659,16**	**22 315,72**	**49 413,92**	**259 070,58**
Alterações no Período:							
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-		-563,93	-	-563,93
		-	-	-	-563,93	-	-563,93
Resultado Líquido do Período	30	-	-	-	-	-48 310,05	-48 310,05
Resultado Integral		-	-	-	-	-48 310,05	-48 873,98
Operações com detentores de capital próprio:		-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações	18	-	-	49 413,92		-49 413,92	-
		-	-	49 413,92	-	-49 413,92	-
Saldos em 31.12.2019	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-16 245,24**	**21 751,79**	**-48 310,05**	**210 196,60**

administração

cc

5.4

5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

Promotorres, EM
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

UNIDADE MONETÁRIA (euro):

RUBRICAS	Notas	Efeito	PERÍODOS	
			2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	5			
Recebimentos de clientes		+	2 606 048,49	3 007 526,92
Pagamento a fornecedores		-	-1 905 372,33	-2 514 625,92
Pagamentos ao pessoal		-	-596 011,94	-503 612,44
Caixa gerada pelas operações		+/-	104 664,22	-10 711,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-42 612,71	6 013,78
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	-52 452,40	95 337,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-	9 599,11	90 640,17
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:		-		
Activos fixos tangíveis		-	-82 158,24	-41 533,16
Activos intangíveis		-		
Investimentos Financeiros		-	-2 941,71	
Outros ativos		-		
Recebimentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis		+		
Investimentos Financeiros		+		
Outros ativos		+		
Subsídios ao investimento		+	28 240,00	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	-56 859,95	-41 533,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-9 546,38	-11 526,97
Juros e gastos similares		-	-230,14	-510,79
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	-9 776,52	-12 037,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	-57 037,36	37 069,24
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		...	142 826,93	105 757,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		...	85 789,57	142 826,93

administração

cc

5.5

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luís de Moura, Loja A, cave, em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No ano de 2019 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos".

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer dos períodos a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares

suportados, se relacionados com empréstimos ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 20 a 100 anos
- Equipamento básico	- 6 a 20 anos
- Equipamento de transporte	- 8 anos
- Equipamento administrativo	- 6 a 20 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 10 a 20 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos sem vida útil definida estão sujeitos a amortização, a partir de 01/01/2016, e a testes de perdas por imparidade, nos termos da NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

A vida útil estimada para estes ativos é de 10 anos.

d) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais do grupo são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de cinco anos a partir de 2016, sendo que apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 70%, do montante do correspondente lucro tributável do grupo. Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 25.018,49 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de Clientes e Outros créditos a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica Imparidades de dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no Passivo corrente.

g) *Provisões*

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras dívidas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) *Locações*

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

k) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão registados em capitais próprios, na rubrica Outras Variações nos capitais próprios e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e no final do ano transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Numerário	275,00	275,00
Depósitos bancários	85 514,57	142 551,93
Caixa e depósitos bancários	**85 789,57**	**142 826,93**

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 32.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no período findo a 31 de dezembro de 2019 e no período de 2018 foi o seguinte:

31 de dezembro 2019

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2019	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	332 143,19		44 591,73		38 642,80	415 377,72
Equipamento básico	350 771,88		28 600,24			379 372,12
Equipamento de transporte	103 800,00			22 500,00		81 300,00
Equipamento administrativo	81 844,89		1 018,00			82 862,89
Outros ativos Fixos Tangíveis	170 284,99					170 284,99
Investimentos em curso	13 932,80		24 710,00		-38 642,80	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Total	**1 052 777,75**	**0,00**	**98 919,97**	**22 500,00**	**0,00**	**1 129 197,72**
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	122 652,27		15 154,35			137 806,62
Equipamento básico	149 527,16		24 302,94			173 830,10
Equipamento de transporte	80 456,48		5 751,80	22 500,00		63 708,28
Equipamento administrativo	73 202,75		3 119,05			76 321,80
Outros ativos Fixos Tangíveis	124 375,19		7 721,44			132 096,63
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	**550 213,85**	**0,00**	**56 049,58**	**22 500,00**	**0,00**	**583 763,43**
	502 563,90					**545 434,29**

31 de dezembro 2018

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2018	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	303 151,39		28 991,80			332 143,19
Equipamento básico	348 571,88		2 200,00			350 771,88
Equipamento de transporte	103 800,00					103 800,00
Equipamento administrativo	81 844,89					81 844,89
Outros ativos Fixos Tangíveis	170 284,99					170 284,99
Investimentos em curso	0,00		13 932,80			13 932,80
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Total	1 007 653,15	0,00	45 124,60	0,00	0,00	1 052 777,75
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	110 377,44		12 274,83			122 652,27
Equipamento básico	127 277,77		22 695,34		-445,95	149 527,16
Equipamento de transporte	75 468,08		4 988,58		-0,18	80 456,48
Equipamento administrativo	70 961,12		2 604,85		-363,22	73 202,75
Outros ativos Fixos Tangíveis	118 811,97		5 380,62		182,60	124 375,19
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	502 896,38	0,00	47 944,22	0,00	-626,75	550 213,85
	504 756,77					502 563,90

8 Ativos Intangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos intangíveis e respetivas depreciações, no período findo a 31 de dezembro de 2019 e no período de 2018 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019					
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-dez-19
Custo:						
Outros activos intangíveis	119 100		-	-	-	119 100
	119 100	-	-	-	-	**119 100**
Amortizações acumuladas:						
Outros activos intangíveis	-31 320	-11 910	-	-	-	-43 230
	-31 320	**-11 910**	-	-	-	**-43 230**
Valores líquidos:	**87 780**					**75 870**

	31 de dezembro de 2018					
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-dez-18
Custo:						
Outros activos intangíveis	119 100		-	-	-	119 100
	119 100	-	-	-	-	**119 100**
Amortizações acumuladas:						
Outros activos intangíveis	-19 410	-11 910	-	-	-	-31 320
	-19 410	**-11 910**	-	-	-	**-31 320**
Valores líquidos:	**99 690**					**87 780**

Esta rubrica tem registado o valor de 100.000,00 euros respeitantes ao filme em 3D realizado por Edgar Pera durante a edição do Carnaval de Torres 2015, cuja vida útil estimada é de 10 anos e a produção da música "Samba da Matrafona", no valor de 19.100 euros, cuja vida útil estimada é também de 10 anos.

9 Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-dez-19	31-dez-18
Fundo de Compensação do Trabalho	8 525,30	6 318,68
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	8 525,30	**6 318,68**

10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo em 1 de janeiro	11 800,25	11 800,25	4 379,78	4 379,78
Compras	19 096,52	19 096,52	21 524,37	21 524,37
Regularizações	-3 460,48	-3 460,48	-2 806,63	-2 806,63
Saldo em 31 de dezembro	17 742,22	17 742,22	11 800,25	11 800,25
Custo do período	**9 694,07**	**9 694,07**	**11 297,27**	**11 297,27**

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	0,00	171 477,72	0,00	150 895,68
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	75 980,39	0,00	169 069,27
	0,00	**247 458,11**	**0,00**	**319 964,95**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-75 980,39	0,00	-169 069,27
	0,00	**171 477,72**	**0,00**	**150 895,68**

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Clientes conta corrente	131 454,72	40 023,00	83 370,64	67 525,04
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	75 980,39	0,00	169 069,27	0,00
	207 435,11	**40 023,00**	**252 439,91**	**67 525,04**

A empresa tem feito um esforço na cobrança das dívidas, nomeadamente com o apoio de um advogado, que tem enviado ofícios e injunções para saldos mais antigos.

Durante o ano, findo em 31 de dezembro de 2019, a empresa voltou a registar perdas de imparidade, mas as reversões de imparidades registadas em períodos anteriores foram superiores.

Perdas de Imparidade	2019	2018
Saldo a 1 janeiro	169 069,27 €	182 853,20 €
Aumentos	3 171,10 €	3 167,52 €
Reversão	- 11 222,00 €	- 15 844,45 €
Regularizações	- 85 037,98 €	- 1 107,00 €
Saldo final	**75 980,39 €**	**169 069,27 €**

12 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Activo		
Imposto sobre o rendimento	9 978,08	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	9 978,08	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	28 230,71
Retenção de impostos sobre rendimentos	8 036,93	673,43
Imposto sobre o valor acrescentado	16 308,16	23 454,70
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	23 389,62	14 696,09
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	1 199,20
	47 734,71	**68 254,13**

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica - Outros créditos a receber tinha a seguinte composição:

	31-dez-2019		31-dez-2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos Rend.	0,00	134 721,71	0,00	78 604,20
Outros devedores	0,00	60 998,74	88 282,87	4 078,72
Subsídio ao Investimento	0,00	0,00	0,00	28 247,75
	0,00	**195 720,45**	**88 282,87**	**110 930,67**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	**195 720,45**	**88 282,87**	**110 930,67**

O valor de 134.192,93 euros respeita ao acréscimo de proveitos dos Autos Contraordenação por emitidos e não pagos no período de 2019.

Na rubrica de Outros Devedores corrente encontra-se refletida a estimativa de rendimento dos Autos de Contraordenação, emitidos e não pagos, em 2018, no valor de 53.436,02 euros.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos da rubrica - Diferimentos do ativo e passivo foram como se segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Activo		
Outros gastos a reconhecer	150 861,62	80 548,22
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	150 861,62	**80 548,22**
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	126 175,12	55 934,83
	126 175,12	**55 934,83**

Os diferimentos registados no ativo correspondem a valores faturados pelos fornecedores, mas cujo gasto ainda ocorreu. Na sua maioria estão relacionados com o Carnaval de 2020 (82.470,23 euros) e com a sinalética horizontal (29.400,00 euros – 2020; 26.950,00 euros - 2021). No passivo estão refletidas as receitas que maioritariamente respeitam às vendas do KIT do Carnaval de 2020.

15 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Caixa	275,00	275,00
Depósitos à Ordem	85 514,57	105 482,69
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
	85 789,57	**105 757,69**

Os operadores dos parques de estacionamento, têm um fundo de 25,00 euros cada, totalizando 275 euros.

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, tem o valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2019, nele detêm pelo menos 20%:

– CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

17 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, em 2019, qualquer movimento nesta rubrica.

18 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do período findo em 31 de dezembro de 2018, foi decidido que o resultado líquido referente a esse período, no montante de 49.413,92 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros anos anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

Em 2018, foi registado nesta rúbrica o valor de 27.200,93€ referentes à contribuição para o Serviço Nacional de Saúde dos anos de 2014 a 2017.

19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se da seguinte forma:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Subsídios	27 534,00	28 247,75
Ajustamentos em subsidios	-5 782,21	-5 932,03
	21 751,79	**22 315,72**

Investimento			
Valor Aquisição	Dep. Exercício	Dep. Acumulada	Valor Liquido
38 642,80	966,07	966,07	37 676,73

Subsídio ao Investimento			
% SUB.	Valor Recebido	Imp. Rendimento	Saldo Final Sub. Inv
80%	28 240,00	706,00	27 534,00

IRC	Saldo Final Sub. Inv	Saldo Final Ajus. Subs
21,00%	27 534,00	5 782,14

O valor registado nesta rubrica diz respeito ao contrato de concessão de apoio financeiro Aviso 21 – Administração Pública Eficiente, assinado com o Fundo de Eficiência Energética, que tem como objetivo reduzir o consumo de energia do edifício do Mercado Municipal.

Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital apenas se circunscreve á quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado.

Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento nas demonstrações dos resultados. É também reconhecido o correspondente imposto.

20 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos com recurso a contratos de locação financeira:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	0,00	7 254,35
Emprestimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	**7 254,35**
Curto Prazo		
Locações financeiras	7 254,35	9 546,38
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	7 254,35	**9 546,38**

Bens adquiridos c/ recurso a locação financeira	Custo Aquis.	Depreciações	Valor Lquido
Edifícios e outras contruções			
Equipamento Básico	41 272,63 €	18 056,77 €	23 215,86 €
Equipamento transporte	21 000,00 €	10 500,00 €	10 500,00 €
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
	62 272,63 €	**28 556,77 €**	**33 715,86 €**

Em 31 de dezembro de 2019, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	7 254,35 €	230,14 €	7 484,49 €
Mais de 1 ano	- €	- €	- €
	7 254,35 €	**230,14 €**	**7 484,49 €**

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Fornecedores tinha a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	563 531,11	0,00	385 733,30
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	**563 531,11**	**0,00**	**385 733,30**

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	431 492,53	132 038,58	263 731,62	122 001,68
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	431 492,53	**132 038,58**	**263 731,62**	**122 001,68**

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica - Outras dívidas a pagar não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros credores	0,00	0,00	0,00	2 614,99
Credores por acréscimo de gastos	0,00	222 215,49	0,00	235 466,09
Outras dívidas a pagar	0,00	78 368,94	39 727,29	111 865,85
Imposto do subsidio ao investimento FEE	4 370,21	1 412,00	5 932,03	0,00
	4 370,21	**301 996,43**	**45 659,32**	**349 946,93**

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Outros credores	0,00	0,00	1 848,48	766,51
Credores por acréscimo de gastos	222 215,49	0,00	235 466,09	0,00
Outras dívidas a pagar	78 368,94	0,00	151 593,14	0,00
Imposto do subsidio ao investimento FEE	5 782,21	0,00	5 932,03	0,00
	306 366,64	**0,00**	**394 839,74**	**766,51**

Os montantes mais relevantes na rubrica Credores por acréscimos de gastos respeitam às seguintes situações:

- estimativa de férias, subsídio de férias, de direitos adquiridos ainda não pagos, que ascendem a 125.045,09 €.
- despesas com o Corso Escolar 2019 e com os Grupos de Mascarados do Carnaval de Verão 2019 de 19.562,50 euros.
- o valor de 38.416,56 euros referente à comparticipação para o SNS subdivide-se da seguinte forma: 13.886,16 euros referente a 2019; o valor remanescente é referente a 2017/2018.
- os montantes relevantes da rubrica de Outras dívidas a pagar, respeitam aos seguintes valores: 24.046,19 euros referente à dívida de 45% de comparticipações para a ANSR e IGCP de 2018; 53.848,25 euros é o valor que respeita à dívida ao IGCP e que corresponde a 35% dos valores recebidos de ACO referentes ao período de 2018. A comparticipação dos 10% para a ANSR encontra-se totalmente liquidadas e relativamente a 2019 existem valores a receber referentes aos primeiros 4 meses de 2019.
- em 2019, resultado da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, o Município atribuiu à Promotorres a gestão plena do estacionamento público. Deste modo, deixaram de existir as comparticipações quer para a ANSR, quer para o IGCP, e, por conseguinte, deixou de ser necessário efetuar estimativas destes custos a partir do exercício de 2019.

23 Vendas e serviços prestados

A rúbrica Vendas e prestações de serviços nos anos de 2019 e de 2018, foram como se segue:

	31 dez 2019			31 dez 2018		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	14 734,16 €	- €	14 734,16 €	16 174,15 €	- €	16 174,15 €
Prestações de serviços	2 070 996,49 €	- €	2 070 996,49 €	2 018 630,83 €	- €	2 018 630,83 €
	2 085 730,65 €	**- €**	**2 085 730,65 €**	**2 034 804,98 €**	**- €**	**2 034 804,98 €**

24 Subsídios à exploração

No período de 2019 e de 2018 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31 dez 2019	31 dez 2018
CP Mercado Municipal	170 000,00 €	170 000,00 €
CP Carnaval	100 000,00 €	100 000,00 €
CP Carnaval Verão	20 000,00 €	20 000,00 €
CP Befashion	10 000,00 €	10 000,00 €
CP Vindimas	35 000,00 €	35 000,00 €
Feira Rural	30 000,00 €	30 000,00 €
Santa Cruz Ocean Spirit	190 000,00 €	190 000,00 €
Expotorres	40 000,00 €	- €
Fundo Ambiental	14 204,10 €	9 628,17 €
	609 204,10 €	**564 628,17 €**

Os montantes registados nesta rubrica, neste período, dizem respeito aos contratos programa celebrados com a Câmara Municipal de Torres Vedras, para apoio nos eventos realizados pela Empresa, exploração do Mercado Municipal e gestão da Expotorres, exceto relativamente ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o Ocean Spirit no valor de 14.204,10 euros.

25 Fornecimentos e Serviços Externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foi a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Serviços especializados	-	-
Trabalhos especializados	466 977,31	413 777,14
Publicidade e propaganda	107 625,48	81 300,17
Vigilância e segurança	152 159,83	108 172,51
Honorários	224 088,97	274 572,40
Conservação e reparação	87 556,59	89 321,71
Outros	1 657,19	1 722,06
Materiais	287 430,38	298 595,58
Energia e fluídos	107 429,07	95 097,92
Deslocações, estadas e transportes	24 137,58	20 496,90
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	251 381,33	175 183,56
Comunicação	54 251,79	58 556,57
Seguros	11 308,71	8 851,03
Limpeza	107 734,36	86 458,44
Outros serviços	3 756,40	3 730,47
	1 887 494,99	**1 715 836,46**

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um aumento de 10%, devido ao sobretudo ao aumento de encargos com vigilância externa privada e aluguer de equipamentos para o Carnaval, nomeadamente investimentos com a nova praça de animação – Praça Dr. Alberto Avelino.

26 Gastos Com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos anos de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Remunerações dos órgãos sociais	57 396,98 €	46 800,79 €
Remunerações do pessoal	701 773,17 €	589 634,53 €
Indemnizações	158,55 €	135,69 €
Encargos sobre remunerações	160 260,70 €	135 066,47 €
Seguros	11 040,01 €	9 321,57 €
Gastos de acção social	615,00 €	- €
Outros gastos com o pessoal	53 342,84 €	45 485,62 €
	984 587,25 €	**826 444,67 €**

O número médio de empregados da Empresa no período de 2019 foi de 50 e em 2018 foi de 47.

Na rubrica Outros gastos com o pessoal encontram-se registados gastos nomeadamente com: formação (10.447,08 euros); fardamento (6.265,61 euros); seguro de saúde (19.916,70 euros) e comparticipação para o SNS (13.886,16 euros).

27 Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos nos períodos de 2019 e de 2018, foram como se segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Rendimentos suplementares	24 788,26	23 052,93
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,15
Recuperação de dívidas a receber	2 567,57	1 269
Autos de Contra Ordenação	196 872,01	144 920,57
Outros rendimentos e ganhos	2 007,26	2 049,98
	226 235,10	**171 292,48**

Na rubrica Rendimentos suplementares encontram-se registados rendimentos provenientes do aluguer de equipamentos (14.950,00 euros), nomeadamente do Pavilhão Expotorres, do Pavilhão Multiusos e do arrendamento de imóveis (9.739,62 euros), como é o caso do espaço de restauração existente no Parque de Exposições da Expotorres (o qual foi rescindido em meados de 2019) e do espaço de restauração existente na Praça do Senhor Vinho (Mercado Municipal).

Em 2019 foi reduzida a estimativa de Autos de Contraordenação a receber, referentes a 2017, em 88.072,86 euros, por caducidade.

O valor dos Autos de Contraordenação cujas infrações foram cometidas durante 2019, não recebidos até ao dia 31 de dezembro, foram de 134.192,93 euros, conforme mencionado na nota 13 deste anexo. Foi ainda reconhecido como rendimento as comparticipações de 2019 para ANSR e IGCP, no valor total de 46.498,53 euros, efetuadas no 1.º semestre, por não serem exigíveis em 2019, dada a transferência de competências para os municípios.

28 Outros gastos

Os outros gastos e perdas, no período de 2019 e de 2018, foram como se segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Impostos	2 603,38	825,97
Comparticipações ANSR e IGCP	0,00	63 917,45
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	9 407,51	21 343,53
Ofertas e amostras de inventário	2 996,48	2 806,63
outros	299,60	742,95
Outros gastos financeiros	1 020,66	1 426,60
	16 327,63	**91 063,13**

29 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos anos de 2019 e de 2018, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31 dez 2019			31 dez 2018		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis	56 049,58 €	- €	56 049,58 €	47 330,45 €	- €	47 330,45 €
Ativos intangíveis	11 910,00 €	- €	11 910,00 €	11 910,00 €	- €	11 910,00 €
	67 959,58 €	- €	67 959,58 €	59 240,45 €	- €	59 240,45 €

30 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	219,86 €	415,28 €
Juros de Mora ou Compensatórios	- €	- €
	219,86 €	415,28 €
Resultados das operações de financiamento	**- 219,86 €**	**- 415,28 €**

31 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, decompõe-se do seguinte modo:

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	11 247,42	28 230,71
Imposto diferido	-	-
	11 247,42	**28 230,71**

Demonstração da taxa efectiva de imposto	2019 Imp. Corrente	2019 Imp. Diferido	2018 Imp. Corrente	2018 Imp. Diferido
Resultados antes de impostos	-37 062,63	-	77 644,63	-
Variações nos capitais próprios	-	-	-	-
Diferenças fiscais definitivas	25 833,71	-	31 866,84	-
Diferenças fiscais temporárias	-	-	-	-
Reporte de prejuízos	-	-	-	-
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	**-11 228,92**	-	**109 511,47**	-
Colecta	-	-	22 397,41	-
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Resultado da liquidação	-	-	-	-
Derrama	-	-	1 642,67	-
Derrama estadual	-	-	-	-
Tributações autónomas	11 247,42	-	4 190,63	-
Imposto sobre o rendimento do período	**11 247,42**	-	**28 230,71**	-
Taxa média efectiva de imposto	-100,16%		25,78%	

32 Partes Relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31 dez 2019	31 dez 2018
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	241 564,32	215 203,42
Subsidios	595 000,00	555 000,00
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	13 256,34	20 649,87

Saldos	31 dez 2019	31 dez 2018
Contas a receber	40 023,00	67 525,04
Contas a pagar	132 038,58	116 226,65
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

33 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa dispunha de diverso equipamento de transporte em regime de locação operacional, sendo as responsabilidades como locatária, relativas a rendas não vencidas, no valor de 7.216,33 euros.

As rendas que se vencem nos próximos períodos podem ser explicitadas da seguinte forma:

	Rendas Vincendas		
Ativo/Equipamento	< 1 ano	1 a 5 anos	Total
34-RI-91	2 310,32	0,00	2 310,32
34-RI-92	2 310,32	0,00	2 310,32
58-RJ-75	2 595,69	0,00	2 595,69
	7 216,33	**0,00**	**7 216,33**

NOTA: As datas inicialmente contratadas foram alteradas devido ao Covid 19

34 Eventos subsequentes

Em 11 de Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma pandemia relacionada com o aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, a qual terá impactos relevantes sobre economia mundial e os mercados financeiros.

Na sequência desta declaração, o Presidente da República declarou em 18 de março de 2020 o estado de emergência por 15 dias, o qual foi sucessivamente prorrogado por idênticos períodos em 2 e 17 de abril de 2020.

Desta declaração resultou o encerramento temporário de diversos estabelecimentos, serviços e atividades e a imposição de severas restrições à movimentação dos cidadãos.

Esta situação conduziu a uma significativa redução da atividade económica global e poderá vir a ter impactos diretos e indiretos nos nossos clientes, fornecedores, colaboradores, comunidades locais e outras partes envolvidas na cadeia de valor.

Todavia, a magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza torna a avaliação de tais efeitos num exercício de resultado incerto, não tendo a empresa, à data de hoje, informação disponível que lhe permita proceder à sua eventual quantificação.

Em Torres Vedras, a 5 de março, foi aprovado o Plano de Contingência Interno do Município de Torres Vedras. No dia 9 de março, foi aprovado por unanimidade pela Comissão Municipal de Proteção Civil de Torres Vedras, o Plano de Contingência de Âmbito Municipal. A 12 de março, o município ativou o Plano Municipal de Emergência de Torres Vedras, o qual permanece ativo na presente data.

No entanto cumpre realçar os seguintes aspetos:

- O ano de 2020 iniciou-se de forma positiva no que diz respeito à procura dos nossos produtos e serviços; o Carnaval de Torres Vedras realizou-se em fevereiro e foi um enorme sucesso; mas esta situação levou a empresa municipal a cancelar a quase

totalidade dos eventos de 2020, como a Feira Rural, a Feira de Verão, a Feira de S. Pedro, o Carnaval de Verão, o BeFashion e o Santa Cruz Ocean Spirit;

- Desde março a empresa está a trabalhar na edição do Carnaval de 2021, bem como na preparação da 40ª edição do Festival das Vindimas e numa edição da Feira de Viaturas Usadas para o último trimestre de 2020. O facto de os eventos estarem cancelados até 30 de setembro, leva a que a Expotorres esteja impedida de receber eventos, não sendo por isso possível o aluguer de espaços a terceiros;
- A atual situação levou também a empresa, em conjunto com a Câmara Municipal, a suspender o pagamento de estacionamento à superfície, pelo período de 3 meses e meio. Também a fiscalização do estacionamento à superfície foi suspensa e o parque de estacionamento subterrâneo da Câmara Municipal foi encerrado, por um período de 2 meses, tendo sido retomada a fiscalização e reaberto o parque em meados de maio.
- Não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de cobranças dos créditos sobre os nossos clientes;
- Procedemos à implementação de Planos de Contingência com o objetivo de proteger a saúde e garantir a segurança dos nossos colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia; não temos, até à data, informação sobre qualquer caso positivo de Covid-19 entre os nossos colaboradores, sendo que, decorrente das medidas adotadas, nos encontramos preparados para essa eventualidade.

A empresa continuará a monitorizar as ameaças, permanecendo atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

35 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos da alínea b) do nº1 do Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais a Administração informa que, durante o ano de 2019, foram faturados à Empresa honorários correspondentes a serviços de revisão legal de contas no montante de 3.985,20 euros.

A Administração

A Contabilista Certificada

Célia Pereira de Jesus

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Introdução

1. Em cumprimento das disposições legais e nos termos do mandato que lhe foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório e o parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração de "PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.", relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a atividade da empresa através da análise dos livros, registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte, bem como da verificação dos seus elementos patrimoniais, com a profundidade e frequência consideradas as mais adequadas aos fins em vista.

   Em todas as nossas diligências contámos com a inteira colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da empresa de quem recebemos sempre com prontidão todos os esclarecimentos solicitados.

3. Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado de acordo com as exigências legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas e, na qualidade Revisores Oficiais de Contas, elaborámos a Certificação Legal das Contas.

Parecer

4. Com base no que antecede e tendo em consideração a opinião expressa na referida Certificação Legal das Contas a qual, com a ênfase nela mencionada, pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, devendo o Município de Torres Vedras proceder a uma transferência financeira para equilíbrio das contas da empresa, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Massamá, 18 de Junho de 2020

O FISCAL ÚNICO

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.", que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1 261 399 euros e um total de capital próprio de 210 197 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48 310 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de "PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M." em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Os desenvolvimentos recentes relacionados com a pandemia Covid-19 têm um impacto significativo nos cidadãos e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre a atividade dos diferentes negócios e o desempenho operacional e financeiro das Organizações.

Esta situação e a sua evolução terão provavelmente efeitos sobre a atividade e a rendibilidade futura da empresa, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação. Na nota 34 do Anexo são divulgados os impactos e incertezas resultantes da referida pandemia, tal como são avaliados pelo Conselho de Administração, com base na informação disponível à data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a adequação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Massamá, 18 de Junho de 2020

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)